

## Ata da Reunião do Conselho

ATA Nº 44/98-CET

No dia 18 de Março de 1998, com início às 16,45 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, à Al. Carlos de Carvalho, 603, 6º andar, com a presença dos conselheiros signatários da Lista de Presenças própria e a presença de Newton Sérgio Ribeiro Grein, Diretor Geral, Elietti de Souza, Coordenadora Estadual do Sistema Público de Emprego, Nircélio Zobot, Coordenador de Formação Profissional, Edson G. Vilela de Souza, Coordenador da ULT, Jair Pedro Vendruscolo, Coordenador de Geração de Emprego e Renda, Maria Inês Prevedello Pereira, Coordenadora de Intermediação de Mão de Obra, direção e técnico do DIEESE (Stein e Cid), pesquisadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED/RMC, signatários da Lista de Presenças própria, Sérgio Lopes, do MTb/SPES, Edilberto Valeski, Secretário de Indústria e Comércio de São José dos Pinhais, Ozório João Delmônego, Presidente do Conselho Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais, Betty Elmer Finatti, Secretária Executiva do Conselho Municipal do Trabalho de Londrina, Roberto A. von der Osten, Presidente da CUT/PR, Kokiti Nelson Wakamoto, representante da CNM/CUT, Maria Aparecida Lopes, técnica do SENAR, Vanessa Aparecida de Sousa, representante da UFPR, Cláudio Martin, representante do CEFET, técnicos da SERT, em especial, a equipe da CFP, reuniu-se o Conselho Estadual do Trabalho, em sua 38ª Reunião Ordinária Antecipada para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1- Apreciação da ata anterior de Nº43. 2- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho. 3- PEQ/98: 3.1.- Recursos liberados na "etapa inicial": valor total, valor empenhado, valor comprometido e saldo. 3.2.- Apreciação de contratos com parcerias. 4- Proposição de temário prioritário para a próxima Reunião. 5- Informes Gerais (em aberto).

Abertura:

a) Acolhida e pauta:

- Dando início à reunião, o presidente, Sr. Sinval Zaidan Lobato Machado, acolheu os conselheiros e visitantes presentes e negociou a inversão de pauta, ficando como primeiro item o informe sobre os encaminhamentos relativos à PED e, por último, o ítem relativo ao PEQ/98.

b) Novos conselheiros:

- Leu os ofícios e apresentou os novos conselheiros, representantes da SESA: Marli Aparecida Jacober Pasqualini e Arlete Aparecida Spoladori, em substituição a Astrid Normandi Viola e Sueli Coutinho; e da SEAB: José Carlos Pinhatti e D. Zampieri, em substituição a Altair Araldi e Agostinho Nunes de Freitas. Acolheu também, como membro do Conselho o Secretário, Sr. Pedro Granado Martines, em substituição ao ex-secretário Joni Paulo Varisco.
- Concedeu a palavra aos conselheiros Pedro de Paula Filho, da FEVAREJISTA, pelos empregadores, e Heitor Rubens Raimundo, da CUT, pela bancada dos trabalhadores, os quais expressaram os agradecimentos aos conselheiros saíntes, pelos relevantes serviços prestados e pelo companheirismo, bem como deram as boas-vindas aos novos conselheiros, em especial do Secretário, Sr. Pedro Granado Martines, com cuja presença esperam contar em todas as reuniões do CET.
- Sinval pediu aos conselheiros saíntes, em especial, Altair Araldi e Agostinho Nunes de Freitas, presentes à reunião, para que continuassem participando informalmente das reuniões do CET.
- Altair e Agostinho agradeceram a convivência e se colocaram à disposição para continuar mantendo contato.
- Pedro Granado Martines agradeceu a acolhida, apresentou-se, testemunhou sua confiança no tripartismo, tendo já provas de sua dinâmica em reuniões anteriores com grupos de conselheiros, propondo-se participar e fazer o melhor possível.

1. Ata anterior:

- Foi aprovada a ata anterior, de Nº 43/98-CET, sem emendas ou adendos.

2. Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho:

- José Maurino, da Secretaria Executiva do CET, em nome da Comissão de Homologação dos Conselhos Municipais do Trabalho, informou não haver nenhum novo Conselho, dentre os 9 municípios restantes, para ser homologado, bem como nenhuma alteração na composição de conselhos já existentes a ser feita.
- Na oportunidade, Maurino, a pedido de Vanderlei Quaquerini, distribuiu uma relação contendo os 9 municípios que ainda não instituíram seus Conselhos, de modo que as entidades representadas no CET possam, na medida de suas possibilidades, incentivar e apoiar a instituição dos mesmos.

3- PEQ/98:

3.1.- Recursos liberados na "etapa inicial": valor total, valor empenhado, valor comprometido e saldo.

A) Explicação pelo Coordenador de Formação Profissional:

- Nircélio Zabot introduziu a discussão do PEQ/98, ponderando que o aumento dos índices de desemprego, divulgados no corrente mês, serviram de alerta para a retomada das discussões sobre as políticas sociais do Sistema Público de Emprego e, em particular, do Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, executado, na esfera estadual, pelo Plano Estadual de Qualificação-PEQ. Informou que tal fato tem gerado, entre outras providências, a de implementar e avaliar as ações de qualificação profissional como elemento de política pública de emprego e renda, verificando sua eficiência (foco no mercado e na empregabilidade) e sua efetividade social (foco na clientela atendida). Julgou oportuno e necessário partilhar com o CET as responsabilidades nas decisões de, no planejamento das ações à luz das diretrizes e prioridades estabelecidas pelos CODEFAT

/SEFOR/SERT, definir as prioridades e encaminhamentos de acompanhamento e avaliação, para acertar o foco das ações e obter resultados para o trabalhador, num contexto social, se não perverso, difícil, em que se escasseiam os recursos públicos e as oportunidades de emprego, e em que, cada vez mais, se exigem do trabalhador requisitos de escolaridade e de competência. Com este espírito e em observância ao deliberado na Res. 66/97, submeteu ao CE a adequação do Plano (aprovado pela Res. 77/97-CET) aos valores destinados pelo MTb/ CODEFAT/SERT para a etapa inicial de execução, prevista para o 1º semestre do corrente ano, no valor de R\$ 9.225.000,00, com a meta de 122.000 treinandos. Ponderou que a CFP estava apresentando à apreciação do CET todas as propostas consideradas tecnicamente viáveis (mesmo em negociação) que, somadas ao acompanhamento e avaliação feitas pelas IES e consideradas perfeitamente ajustadas aos critérios e diretrizes do CODEFAT. Considerou que a difícil tarefa de adequar as demandas, inquestionavelmente meritórias e interessadas em contribuir com as políticas do SPE, com os propósitos desta Secretaria de ampliar as parcerias e com os recursos por ora disponibilizados, forçou a Coordenadoria a comprimir metas e recursos e a estabelecer, à luz da Resolução Nº 126/96 do CODEFAT e a partir das prioridades técnicas e políticas, discutidas previamente com o Presidente deste Conselho e com alguns conselheiros, estabelecendo um novo quadro para a execução inicial do PEQ/98. Informou que os critérios para essa readequação foram os seguintes:

a) priorização de ações com foco preciso na empregabilidade e na clientela a ser atingida pelas políticas sociais do SPE e, em particular, da qualificação profissional, enquanto elemento de uma política de emprego e renda. Neste sentido, foram enfatizados projetos caracterizados por ações já avaliadas, executadas mediante parcerias sólidas e ajustadas ao foco da empregabilidade e da clientela alvo das políticas do sistema público de emprego., voltadas, portanto, ao trabalhador. Exemplos desse foco são os programas: "Qualificação de Trabalhadores Rurais", cujo contrato com a EMATER nos permitirá ações e resultados para a empregabilidade no campo, respaldada tecnicamente nos Planos e Políticas de Desenvolvimento Agrícola, com concurso de instituições sérias e

competentes como a EMBRAPA, o IAPAR, o SENAR, a CODAPAR, entre outras. Outros exemplos desta orientação são os programas: "Qualificação dos Trabalhadores da Área de Saúde" e "Qualificação dos Trabalhadores para os Polos de Desenvolvimento Industrial e Automotivo", uma realidade que vem se instaurando em nosso Estado. Este programa traz a oportuna proposta de participação dos trabalhadores mediante o Projeto INTEGRAR, executado com sucesso em outros Estados e estende as ações do CEFET para o interior do Estado.

b) Capacidade operacional de execução físico-financeira que permita parcerias com instituições conhecidas e capazes de resposta imediata, com estrutura capaz de produzir ações de qualidade (avaliadas) e quantidade (bem sucedidas), capazes de aplicar os recursos e cumprir as metas até junho, de modo que seja possível a habilitação a novos recursos. Incluem-se ainda os projetos especiais que, embora com recursos a menor do preconizado pelo CODEFAT, permitirão cumprir as metas e aplicar os recursos disponíveis por enquanto.

c) O fato de o MTb dizer que isto é etapa inicial, relativa ao 1º semestre, podendo, no 2º semestre, se obter mais recursos, o que desobriga o CET de, no momento, contemplar com recursos todos os programas/projetos.

- Nircélio Zobot colocou os documentos da CFP à disposição dos conselheiros, principalmente os das IES, relatórios de avaliação, que entregou ao final da reunião.

- Com a ajuda de sua equipe, apresentou e explicou as diversas planilhas:

a) Planilha 1: a correspondente ao ANEXO I da Res. 77/97-CET, que aprovou o Plano de Trabalho do PEQ/98, no valor R\$ 38.924.123,60.

b) Planilha 2: a correspondente ao ANEXO I da Resolução nº 081/98, que redimensiona o Plano de Trabalho/98 para o valor de R\$ 9.225.000,00, liberado pelo MTb, a título de etapa inicial. Explicou que, nesta planilha, a equipe da SERT/CFP procurou fazer uma distribuição proporcional ao anteriormente planejado, obedecendo os critérios da proporcionalidade e da priorização de ações com foco na empregabilidade e no risco social.

c) Planilha 3: compreende a demonstração de valores correspondentes ao total planejado no PEQ/98 (R\$ 38.924,123,60), os valores efetivamente liberados pelo MTb na etapa inicial (R\$9.225.000,00), os valores já empenhados em ações licitadas no exercício anterior e em execução (R\$ 3.038.863,18), a diferença ou saldo destinado ao exercício/98 (R\$ 5.817.402,02), a sugestão da CFP para a aplicação desse saldo.

d) Planilha 4: correspondente ao ANEXO II da proposta de Resolução Nº 081/98-CET, a qual relaciona os programas, os projetos, as parcerias a serem contratadas, as metas globais, os valores globais relativos aos projetos propostos e os valores correspondentes à etapa inicial.

- Feita a explanação, Nircélio franqueou a palavra para o debate.

B) Debate:

- Vanderlei Quaquerini elogiou a equipe da CFP por ter conseguido aprontar e encaminhar o material até à data prometida (12/03/98). Achou que o referido material deveria estar acompanhado dos relatórios de avaliação das IES. Pediu para esclarecer melhor a planilha Nº 3, acima.

- Nircélio esclareceu a planilha Nº 3, informando que houve erros na versão encaminhada previamente aos conselheiros, corrigidos agora. Esclareceu que o PEQ é plurianual, podendo as ações ser contratadas num ano e executadas no ano seguinte, com adiantamento de 20% sobre o executado no ano anterior, devendo os recursos do exercício anterior ser devolvidos em janeiro. Explicou que as ações contempladas no ano seguinte, contam para o ano seguinte, não para o anterior. Assim, as ações contratadas em 1997, mas executadas em 98, cujos valores somam R\$ 3.038.863,18, são consideradas ações de 1998, uma vez que a prestação de contas/97 já foi feita com as ações concluídas até janeiro/98. Os treinandos são contados nos relatórios de 1998, a partir de fevereiro. Nircélio, questionado por Heitor, reconheceu que, na realidade, não são R\$ 9.225.000,00

para PEQ/98, mas sim, menos de R\$ 6.000,000,00 e que o correto seria o MTb liberar, juntamente com a etapa inicial/98, os recursos necessários para cobrir despesas empenhadas no exercício anterior, mas cujos recursos tiveram que ser devolvidos em janeiro/98, sob pena de prejudicar o plano anual.

- Sinval Z. L. Machado considerou este fato mais uma razão para o CET, a Secretaria e o próprio governador se mobilizarem, desde já, por mais recursos.
- Vanderlei Quaquerini apoiou e propôs que se vá, desde já explicar ao CODEFAT a situação dos recursos, começando já a ação política, com máximo empenho para a execução da programação até junho próximo.
- Heitor R. Raimundo considerou injusto que o Paraná seja prejudicado por aplicar bem os recursos. Propôs tirar comissão para negociar, desde já, mais recursos, pois começar a execução do Plano e ter que interrompê-lo será prejudicial., será desperdiçar recursos. Pediu a Sérgio Lopes, do MTb, que levasse essa preocupação a Brasília.
- Nircélio endossou as palavras de Heitor, alertando para o risco de se levantar expectativas e frustrações. Apresentou uma carta do Secretario de São Paulo que reclama da desproporcionalidade de recursos destinados ao Estado, em relação à PEA. Afirmou que o mesmo vale para o Paraná.
- Pedro de Paula Filho indagou sobre os prazos para se aditivar o convênio com o MTb/SEFOR. Perguntou também sobre a possibilidade de se fornecer alimentação, transporte e escolaridade aos treinandos, perguntando à Secretaria Executiva sobre existência ou não de Resoluções do CET a respeito disso.
- Aloize Gogola, em resposta a Pedro de Paula, informou não haver resoluções específicas a respeito, salvo as que recomendam alfabetização via SENAR, INTEGRAR e APEART.
- Elietti, também em resposta a Pedro de Paula, informou que os itens alimentação e transporte são possíveis e constam do inciso III, do artigo 6º da Resolução 126, de 23/10/96, do CODEFAT, cuja cópia fez distribuir, de imediato, aos conselheiros.
- Quanto à alimentação e transporte, Nircélio, também em resposta Pedro de Paula, informou, que existe tal possibilidade, porém a questão não vinha sendo contemplada, até agora, nos contratos de parcerias, nem nos editais, por dificuldades de operacionalização e controle. No entanto, são itens perfeitamente possíveis, desde que previstos nos editais e contratos de parcerias.
- Quanto aos prazos, Nircélio informou que os aditivos para a primeira parcela vão até 31/03 e, dois meses depois, pode se pedir a 2ª parcela dos R\$ 9.225.000,00 e, dois meses mais, presta-se conta com comprovação da execução das ações, candidatando-se, então aos aditivos. Como é ano eleitoral, isto vale só até junho.
- Pedro de Paula Filho ponderou que o mal do Paraná continua sendo a boa aplicação dos recursos. Reconheceu, no entanto, que o MTb agiu certo ao conceder apenas R\$ 9.225.000,00, o que equivale à media da nossa capacidade operacional tradicional. Colocou-se a disposição para ir a Brasília.
- Sérgio Wosniaki voltou a chamar a atenção para a questão das licitações que visam apenas o "menor preço", em prejuízo da qualidade. Ponderou também que se forem contratadas empresas que também forneçam alimentação e transporte, não se pode manter os parâmetros de preços tão reduzidos. Sem dúvida, o processo licitatório prejudica a nossa capacidade operacional, como também a qualidade das ações. Defendeu que não se deve alocar recursos para projetos novos, neste momento, mas sobretudo manter empresas do PROGER e outros segmentos em crise. Apoiou a proposta de se envidar esforços no sentido de não se ficar devolvendo recursos e, ao mesmo tempo, pleiteando mais.
- Daniel informou que CUT tem uma proposta para geração de empregos.
- Sérgio Wosniaki pediu que essa proposta fosse distribuída aos conselheiros e cobrou a retomada da Comissão de Relações do Trabalho, designada por este CET, solicitando que a questão voltasse à pauta.
- Nircélio esclareceu que a questão da alimentação e transporte pode ser resolvida nos editais e parcerias. Quanto à questão da escolarização, o SPE tem como

desafio atender a clientela de baixa escolaridade. Nesse sentido, tem-se atuado com alfabetização, mesmo nos cursos de enfermagem, em parceria com a SEED. No SENAR, o processo de alfabetização deve ter continuidade, sendo integrado com o processo de qualificação, pois não basta só alfabetizar.

- Pedro Granado Martines, secretario, ciente dos prazos, concordou com a necessidade urgente de se negociar já mais recursos e se dispôs a articular a viagem a Brasília, lembrando que a data limite para a assinatura de convênios com MTb é 03/07/98. Perguntou a Nircélio sobre a capacidade operacional da SERT, caso sejam liberados mais recursos.
- Nircélio ponderou que, se aprovada a proposta ora em análise do CET, e se for feita a contratação até o final de Março, há condições de se pleitear mais recursos.
- Elietti apoiou, ponderando que aproximadamente 6 milhões já estão comprometidos, considerando os 3 milhões relativos a 1997 e as parcerias maiores: área rural, saúde e pólos industrias e automotivos. O restante também se refere a parcerias com dispensa de licitação, o que acelera o processo. Sugeriu, então não celebrar o Convênio com o MTb no valor de R\$ 9.225.000,00, mas pleitear mais recursos já e daí firmar o Convênio no valor ampliado, evitando a necessidade posterior de Termo Aditivo, que só é possível após prestação de contas da execução das atividades.
- Sérgio Lopes, do MTb, informou que o problema maior não é a capacidade operacional, mas sim, o orçamento da SEFOR/98 que não foi ampliado. Informou estar sabendo que o Secretário Nassim está batalhando por mais recursos. Concordou com a estratégia de, antes de firmar o Convênio, se consultar a SEFOR sobre a possibilidade de recursos adicionais.
- Sinval sugeriu que a viagem a Brasília não passasse de 2ª feira próxima.
- Secretário concordou e se propôs a fazer os contatos em Brasília, de imediato.
- Heitor propôs que, além do presidente e do Secretário, vá a Brasília também um representante de cada bancada.
- Nircélio, então, perguntou aos conselheiros como ficariam os projetos hoje apresentados, diante da proposta de negociação por mais recursos?
- Pedro de Paula Filho propôs que fosse discutido tudo e aprovada a resolução correspondente, porém ficando a mesma sem assinatura, pelo menos até se ter a resposta definitiva do SEFOR, quando também será assinado o Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT/SERT.
- Antônio Lúcio Zarantonello apoiou a ida a Brasília, levando ao SEFOR a real situação do Paraná. Disse ter ficado mais tranqüilo ao saber, pelo representante do MTb, que a redução dos recursos se devia à pouca disponibilidade orçamentária da SEFOR e não à nossa incapacidade operacional de aplicar os recursos.
- Marli, da SESA, esclareceu que, os cursos de enfermagem, que são de 13 meses, tem saldos de 97 e mais 72 turmas para 98. Reforçou a proposta de se aprovar a resolução e continuar pleiteando por mais recursos.

### 3.2. - Apreciação de contratos com parcerias.

• Nircélio, na seqüência, passou a explicar a planilha 4, correspondente ao ANEXO II da Resolução Nº 081/98-CET, debatendo com os conselheiros os diferentes itens, ficando deliberado o que segue:

#### 1.02 - "Assentamentos e Comunidades Rurais":

• José Carlos Pinhatti, da EMATER, manifestou sua preocupação com o fato de a atual disponibilidade de recursos não se coadunar com o calendário agrícola, temendo não poder cumprir as metas de imediato. Demonstrou a disposição da EMATER e SEAB no sentido de atuar de forma integrada com diversos parceiros e instituições envolvidas na área rural, propondo que fosse firmado um contrato de parceria com EMATER, que, então, faria as parcerias operacionais. Considerou, no entanto, que uma coisa é um contrato de parceria entre SERT/EMATER e outra coisa é a EMATER articular, posteriormente, as parcerias operacionais, o que levaria determinado tempo de negociações, fato conflitante com a atual situação

de urgência na aplicação dos recursos. Ponderou também que a questão da alimentação e transporte implica em licitar , o que também exige tempo e pode inviabilizar o cronograma para solicitação de recursos adicionais via Aditivo com o MTb.

- Vanderlei Quaquerini informou ter lido atentamente todas as propostas previamente encaminhadas, notando que havia vários projetos sobrepostos. Propôs, então, concordando com Pinhatti, que as instituições afins, não só da área rural, fossem articuladas num projeto único, cada uma contribuindo com sua especialidade.

- Aparecido Domingos Errerias Lopes, da FAEP, concordou com contratos de parceria envolvendo as diferentes instituições da área rural, porém reivindicou fossem feitos dois contratos: um com a EMATER e suas parcerias e outro com o SENAR e suas respectivas parcerias.

- Finalmente, debatido o item 1-02, foi o mesmo aprovado, quanto aos valores e metas propostas, cabendo à equipe da CFP rediscutir com os parceiros a possibilidade de ser firmado, preferencialmente, um único termo de parceria envolvendo todas as instituições da área rural, integrando as ações e evitando superposições, ou, no máximo, dois termos, um liderado pela EMATER e o outro pelo SENAR. Quanto à APEART, a proposta foi aprovada , com recursos da etapa inicial no valor de R\$ 50.000,00.

1.06 - "Jovens e Adolescentes em Situação de Risco Social"- SENAC:

- Aprovado, com o valor proposto de R\$ 167.000,00, mais R\$ 85.000,00, estes remanejados do item 1.10 - Saúde - UFPR, totalizando R\$ 252.000,00, na etapa inicial.

1.08 - "Pessoas Portadoras de Deficiência"- FEDAPAES:

- Aprovado, com o valor proposto de R\$ 186.500,00, na etapa inicial.

1.10 -"Saúde - ISEP/FUNSaúde:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 1.000.000,00 ,na etapa inicial.

1.10 - "Saúde - UFPR:

- Sem recursos na etapa inicial.

1.10 - "Saúde - FNS:

- Sem recursos na etapa inicial.

1.11 -"Serviços Pessoais - SECR/SEED/IES:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 100.000,00, na etapa inicial.

1.12 - "Servidores Públicos - SEAD/IES:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 250.000,00, na etapa inicial.

1.12 - "Servidores Públicos - IMAP :

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 25.000,00, na etapa inicial.

2.03 - "Desenvolvimento e Gestão do PEQ - UFPR:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 20.720,00, na etapa inicial.

2.03 - "Desenvolvimento e Gestão do PEQ" - Qualificação para o Primeiro Emprego - UFPR:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 37.300,00, com recomendação de que os alunos estagiem nos vários setores da SERT.

2.03 - "Desenvolvimento e Gestão do PEQ"- Qualificação para Instrutores de Creches e Pré-escolas - UFPR:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 7.696,00, na etapa inicial.

2.03 - "Desenvolvimento e Gestão do PEQ" - Educação Básica para Trabalhadores - UFPR:

- Sem recursos na etapa inicial.

2.03 - "Desenvolvimento e Gestão do PEQ" - Estudo da Cadeia Produtiva da Erva-mate e da Madeira - EMBRAPA:

- Aprovado, com recursos R\$ 56.256,00, na etapa inicial.

2.04 - "Autogestores e Empreendedores" - Acompanhamento, avaliação e monitoramento do PROGER - IES/UFPR:

- Aprovado, com recursos a serem definidos conforme orçamento a ser revisto.

2.05 - "Cooperativismo e Associativismo" - Capacitação e Desenvolvimento do

Cooperativismo e Associativismo - IES:

- Aprovado, com recursos no valor de R\$ 100.000,00, na etapa inicial.

2.05 - "Cooperativismo e Associativismo" - Especialização em Economia do Trabalho - UFPR:

- Sem recursos na etapa inicial.

2.07 - "Pólos Automotivos e Industriais" - Qualificação Profissional de Trabalhadores do Setor Automotivo e a Instalação de Empresas no Paraná - CEFET/ SENAI:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 1.137.137,00, na etapa inicial.

2.07 - "Pólos Automotivos e Industriais" - Projeto INTEGRAR - Desenvolvimento metodológico - CUT:

- Aprovado, com recursos no valor de proposto de R\$ 200.000,00, na etapa inicial.

2.07 - "Pólos Automotivos e Industriais" - Qualificação Profissional para Montagem de Empresa na Área de Cerâmica Branca - Sind. da Cerâmica:

- Aprovado, com recursos no valor de R\$ 71.490,00, na etapa inicial.

2.10 - "Qualificação de Conselheiros e Agentes" - IES:

- Aprovado, com recursos no valor de R\$ 150.000,00 , na etapa inicial.

2.11 - "Modernização das Relações de Trabalho" - FETAEP/CUT:

- Aprovado, com recursos no valor de R\$ 150.000,00, na etapa inicial.

3.01 - "Avaliação Global do PEQ" - IES:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 52.305,00, na etapa inicial.

3.02 - "Cadastro de Entidades de Qualificação Profissional" - IES:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 20.922,00, na etapa inicial.

3.03 - "Acompanhamento e Supervisão do PEQ" - IES:

- Aprovado, com recursos no valor proposto de R\$ 78.458,00, na etapa inicial.

3.04 - "Polos de Desenvolvimento Regional" - Desenvolvimento Estratégico Agro-alimentar - FUNDETEC:

- Sem recursos na etapa inicial.

3.04 - "Pólos de Desenvolvimento Regional - Polo elétrico-eletrônico - CEFET/Pato Branco:

- Sem recursos na etapa inicial.

3.04 - "Pólos de Desenvolvimento Regional - Corredor da Moda - UEM:

- Sem recursos na etapa inicial.

Concluída a análise dos itens acima, foi aprovada a Resolução Nº 081/98-CET, com seus ANEXOS I e II, correspondentes, respectivamente, às planilhas 2 e 4, acima, ficando a assinatura da resolução a ser feita posteriormente, levando em conta os desdobramentos da reunião com o MTb/SEFOR/CODEFAT, anteriormente proposta, bem como os ajustes a serem feitos pela CFP, na planilha correspondente ao ANEXO II, ficando ainda a CFP autorizada a, desde já, dar início aos trâmites legais para a contratação das parcerias.

4- Proposição de temário prioritário para a próxima Reunião:

- Aloize Gogola, da Secretaria Executiva do CET, explicou que, devido à necessidade de reduzir a pauta da presente reunião, liberando tempo para a discussão do item "PEQ/98", ficaram excluídos da presente reunião os temas, agendados na reunião anterior, relativos ao "Trabalho Infantil" e "Saber Vida". Propôs, então, a inclusão dos mesmos na pauta da próxima reunião.

- No decorrer dos debates, surgiram , como itens a serem incluídos na pauta da próxima reunião também os seguintes itens:

a) Apresentação, pelas IES, de Relatório de Avaliação do PROGER.

b) Apreciação da proposta da Prefeitura Municipal de Curitiba, denominada "Linhão do Emprego"

c) Situação e encaminhamentos em relação à Comissão de Relações do Trabalho/CET.

5- Informes Gerais (em aberto):

5.1. - Encaminhamentos em relação à PED:

- Sinval Machado, presidente, historiou a situação relativa à interrupção da PED, relatou a designação, na reunião anterior, da Comissão de Conselheiros para negociação com órgãos do governo e passou a palavra ao Secretário para relatar os contatos havidos.
- Pedro Granado Martines, secretário, relatou os contatos que teve, juntamente com o presidente do CET, no âmbito do governo a respeito da PED, em especial o Secretário de Planejamento, Sr. Miguel Salomão, e informou que a pesquisa deverá ter prosseguimento, embora ainda não se tenha definido a forma e a metodologia. Informou que o Governo do Estado tem uma forma de pensar a respeito da PED e a SERT, enquanto, órgão do governo, não pode tomar decisões à revelia. Informou que ficou marcada uma reunião técnica com a SEPL, quando serão apresentados e debatidos os pontos de divergência, buscando acordo.
- José Daniel Farias, da CUT, perguntou ao Secretário sobre o tipo de pesquisa que estava sendo negociado (PME ou PED) e como ficaria a questão no caso de o Governo do Estado optar pela PME, quando é a PED que o CODEFAT apoia e financia. Perguntou ainda se já foram procurados, pela SERT, outros parceiros, em lugar do IPARDES.
- Pedro G. Martines, secretário, respondeu ter conhecimento da disposição da UFPR para essa parceira, mas qualquer negociação depende dos entendimentos técnicos com a SEPL.
- Heitor R. Raimundo, da CUT, lembrou que, conforme relato na reunião anterior, o IPARDES foi taxativo no sentido de não participar da PED, razão pelo qual este Conselho, mediante Resolução Nº 080/98-CET, reafirmou a importância da PED, bem como o interesse pela sua continuidade. Assim, Heitor manifestou sua preocupação com a propalação do assunto. Disse compreender a situação do Secretário, novo no cargo, mas pediu agilidade nos encaminhamentos, enquanto reforçou a disposição da UFPR para essa parceria.
- Sinval Machado lembrou que o ex-secretário Joni Paulo Varisco já havia intercedido e acertado para que fossem aproveitados os mesmos pesquisadores.
- Elietti de Souza informou que a PED continua constando do Plano de Trabalho/98 do Convênio MTb/SPES/CODEFAT/SERT, conforme aprovado por este Conselho.
- Edson G. Vilela informou que, no nível técnico, não há nenhum impedimento quanto à parceria com a UFPR.
- José Daniel Farias solicitou que, tão logo haja decisão a respeito, seja dado o encaminhamento "ad referendum" do CET, não havendo necessidade de se esperar pela próxima reunião do CET.
- Elietti de Souza solicitou que os pesquisadores se cadastrem na Agência de Emprego de Curitiba, para que possam ser chamados por ocasião da reativação da PED.

#### 5.2. - PROGER:

- Jair Pedro Vendruscolo relembrou a situação do PROGER no Estado, já relatada na reunião anterior, com relação ao fechamento de linhas de crédito pelos Agentes Financeiros, entre outros, quando o CET deliberou pela ida a Brasília para uma reunião com o MTb/CODEFAT. Relatou a referida reunião de Brasília, informando que, como um de seus desdobramentos, ficou marcada uma reunião, no Paraná, com as direções do Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, MTb, Conselho Estadual do Trabalho e parcerias de âmbito estadual, reunião que está marcada para o dia 19/03/98 (amanhã), na sala do CET, às 09,00 horas. Reforçou o convite aos conselheiros para se fazerem presentes, esclarecendo que, após tantas tentativas de ajustar o PROGER, esta reunião seria o divisor de águas para o funcionamento efetivo do Programa ou a sua extinção, no Paraná. Informou que, na reunião, pretendia-se apontar os principais avanços e entraves no âmbito do Programa e buscar soluções que garantam a sua continuidade e credibilidade.
- Sinval Machado reforçou o convite aos conselheiros para se fazerem presentes à reunião, dada a sua importância estratégica.



- José Canisso lembrou sobre a necessidade de se encontrar saídas para a questão das garantias, bem como solicitou que fosse incluído na pauta da próxima reunião a apresentação, pelas IES, do Relatório de Avaliação do PROGER.

#### 5.3. - Relatório de Acompanhamento do PEQ

- Nircélio Zobot entregou aos conselheiros cópias do Relatório de Acompanhamento do PEQ, feito pelas IES.

#### 5.4. - Mobilização por mais empregos.

- Sinval Machado solicitou aos conselheiros que, em reuniões extra-conselho mobilizassem suas entidades na perspectiva de disponibilização de mais vagas e oportunidades de trabalho/emprego, pelas empresas.

- José Canisso reivindicou, para tanto, fomento e incentivos fiscais. Com isso, garantiu que só o setor da cerâmica branca de Campo Largo pode voltar a empregar os 25.000 trabalhadores, em vez dos atuais 12.000.

#### 5.5. Linhão do Emprego

- Sinval Machado propôs a inclusão, na pauta da próxima reunião, a proposta da Prefeitura Municipal de Curitiba, denominada "Linhão do Emprego".

#### 5.6. - Presença de conselheiros às reuniões.

- Sinval recomendou à Secretaria Executiva que sejam convidados também os conselheiros suplentes e pediu aos conselheiros titulares que tragam também seus suplentes.

#### 5.7. Conselho de Gestão do Projeto INTEGRAR:

- Vanderlei sugeriu que no Conselho de Gestão do Projeto INTEGRAR possa ser incluído um representante deste CET

#### 5.8. Assessoria jurídica do CET

- Pedro de Paula filho perguntou como estava a questão da contratação da Assessoria jurídica do CET

- Elietti explicou que recebeu a solicitação do CET, anexou as atas 42 e 43, deu parecer favorável e submeteu á apreciação da Assessoria Jurídica da SERT, que está dando tramite normal., a qual após parecer , deveria ser encaminhada ao Secretário e/ou presidente do CET para providências.

- Pedro Grado Martines, secretário, informou que estava acabando de receber em mãos o processo, mas que ainda não havia conseguido analisar o longo parecer.

- Pedro de Paula pediu urgência.

#### 5.9. - Manifestação de visitantes:

- Edilberto Valeski, Secretario de Indústria e Comércio de São José dos Pinhais, saudou os conselheiros, parabenizando-os pela seriedade do trabalho, destacou a importância da continuidade das ações de formação profissional para o município e colocou-se à disposição para continuar contribuindo, no que foi apoiado pela manifestação do também presente o presidente do Conselho Municipais do Trabalho, Sr. Ozório Delmônego.

Esgotada a pauta, foi encerrada a reunião pelo Sr. presidente e eu, Aloize Gogola, lavrei a presente ata que assino.